

**Cultura política e participação popular na transição: uma análise do Plano Cruzado**

**ASSIS, CHARLESTON JOSÉ DE SOUSA<sup>1</sup>**

**Resumo:** Este trabalho pretende examinar a participação popular no Plano Cruzado por duas razões, aparentemente opostas: por um lado, pelo seu ineditismo e, por outro, devido à sua semelhança com as lutas sociais dos anos 1970 e 1980. Ele foi inédito porque constituído por multidões decididas a impor o tabelamento de preços ao empresariado e porque o povo parecia ter o governo ao seu lado após duas décadas que o mesmo estava no polo oposto. A semelhança com as lutas das décadas de 1970 e 1980 fica evidente ao analisá-lo ao lado das muitas lutas sociais do período: observam-se aspectos comuns e compartilhados, articulações e repetições. Percebe-se que as multidões apresentavam um *modus operandi* claramente herdado de experiências coletivas anteriores, o qual pode ser observado no recurso aos coros e ao Hino Nacional, entoados coletivamente, bem como aos *slogans*, a escolha dos alvos, etc., o que sugere uma “educação política” construída coletivamente e disseminada socialmente. O exame dos registros evidencia que o comportamento dos populares nas múltiplas ações coletivas do Cruzado possuía raízes em outras formas de mobilização e lutas sociais, forjadas durante e contra a ditadura.

Para explicar o comportamento coletivo observado naqueles anos recorri aos historiadores Edward Thompson e Benedict Anderson. O primeiro auxilia a explicação do fenômeno através dos seus conceitos de classe e de noção de legitimação, enquanto o último quando explica que a unidade popular pode ser forjada através do sentimento nacional. As evidências empíricas indicam que a maioria dos integrantes das classes populares “carregava” consigo (e muitas vezes operava com) diversas experiências – da pobreza, dos movimentos sociais e político, do medo etc. – sobrepostas, mescladas e difusas, e, mais que isto, que tais experiências ajudaram a compor o perfil radical demonstrado cotidianamente à época. Sendo assim, apesar de haver muitas e distintas mobilizações, se analisadas do ponto de vista das experiências da maioria dos populares, todas elas vivenciadas pessoalmente ou através dos meios de comunicação, independentemente do seu caráter e finalidade, ajudaram criar uma noção de horizontalidade animada pelo sentimento pátrio, e, ao mesmo tempo, mas não contraditoriamente, classista – o “nós” *versus* “eles”.

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social (UFF) e professor do Colégio Universitário Geraldo Reis (UFF).

## **Introdução**

A menção ao Plano Cruzado no título desta pesquisa pode sugerir que ela se dedicou a fazer a história do Cruzado. Desde já, é preciso esclarecer que meu objetivo não foi explicar o plano, mas a entusiástica participação da população em uma experiência histórica relativamente recente, mas pouco conhecida, que ficou conhecida como "Cruzado". Para os que não lembram, ou não o vivenciaram, o Plano Cruzado foi uma reforma monetária implantada pelo governo José Sarney – inaugurando, para muitos, a chamada "Nova República", que até então não tinha dito a que veio. O Cruzado provocou um enorme impacto no cotidiano de todos os brasileiros porque, em resumo, decretou: 1º) a mudança da moeda; 2º) mudanças no cálculo das dívidas, da caderneta de poupança, dos investimentos, dos alugueis e das prestações do BNH; 3º) reajuste e congelamento de salários; e, principalmente, 4º) congelamento geral de preços e tarifas pelos seus valores em 27 de fevereiro de 1986. E isto num cenário de deterioração da economia nacional acentuado pelo maior surto inflacionário de nossa história.

Inicialmente, o congelamento de preços teve enorme sucesso, a ponto de levar um indivíduo que foi uma das peças mais importantes da ditadura como ex-presidente da ARENA/PDS a atingir uma aprovação popular de até 90% após a chamada "redemocratização". Em função do Plano, o PMDB, partido do presidente, garantiu a mais avassaladora vitória eleitoral de nossa história republicana até aquele momento, conseguindo eleger governadores em 22 dos 23 estados da federação.

O estrondoso apoio a um conjunto de medidas de governo editadas por um governante impopular e identificado com a ditadura fez com que vários estudiosos, formadores de opinião e integrantes da oposição explicassem o fenômeno como resultado apenas de uma bem sucedida manipulação de informações. Embora eu não tenha desconsiderado os esforços do governo – aliás, de qualquer governo – no sentido de controlar e direcionar a opinião pública, procurei nesta pesquisa me afastar da crença de que fenômenos de adesão popular a personalidades e políticas públicas são sempre e apenas resultado da relação de subordinação entre uma massa ignorante e inculta e uma liderança carismática capaz de manipulá-la com promessas não cumpridas (não raro fazendo uso de aparato midiático).

Para escapar desta explicação simplista, procurei pesquisar as razões dos próprios populares para o efetivo protagonismo nas ações que envolveram o Plano Cruzado,



procurando desvendar os significados e interpretações elaborados pelos próprios cidadãos que se mobilizaram e agiram ao longo daqueles meses entre 1986-7. Essa decisão ofereceu a condição de aprofundar a análise sobre como os populares vivenciaram essa experiência histórica em uma perspectiva até então não realizada para o Cruzado: uma perspectiva que levasse em conta a busca de explicações daqueles sujeitos para sua participação e protagonismo; ou seja, procurei ouvir a voz de sujeitos sociais que não foram os formuladores do plano, e seus associados, mas que sentiram seus efeitos em suas vidas.

### **A participação popular no Cruzado como objeto**

A mobilização observada durante e após o plano foi escolhida por duas razões, aparentemente opostas: por um lado, pelo seu ineditismo e, por outro, devido à sua semelhança com as lutas sociais dos anos 1970 e 1980. Por que foi inédito? Porque foi constituído por multidões decididas a impor o tabelamento de preços ao empresariado e porque o povo parecia ter o governo ao seu lado (Afinal, fazia duas décadas que o governo estava no polo oposto.) E por que, mesmo inédito, tem semelhança com lutas das décadas de 1970 e 1980? Porque, ao analisá-lo ao lado das muitas lutas sociais do período, observei aspectos comuns e compartilhados, articulações e repetições.

Um aspecto, em particular, chamou a atenção: as multidões apresentavam um *modus operandi* claramente herdado de experiências coletivas anteriores, que pode ser observado no recurso aos coros e ao Hino Nacional, entoados coletivamente, bem como aos *slogans*, a escolha dos alvos, etc. E isto é curioso, haja vista o fato de que não necessariamente as mesmas pessoas estiveram presentes a todos os eventos, o que sugere uma “educação política” construída coletivamente e que foi disseminada socialmente.

Por essas razões, percebi que a mobilização em torno do Cruzado não poderia ser explicada apenas investigando acontecimentos ao longo dos anos de 1986-87, período de vigência das medidas implementadas pelo governo para controlar a inflação. Limitar a esse recorte temporal significaria assumir a perspectiva dos formuladores do plano e dos que o apoiaram e defenderam através dos meios de comunicação. Uma outra razão foi a constatação de que falas e atitudes dos populares – como os protestos em estabelecimentos comerciais, os quebra-quebras, nos saques, os confrontos com forças policiais, os coros e palavras de ordem, as cartas encaminhadas a políticos e em depoimentos de populares à imprensa – que encontrei nos registros sobre o Cruzado eram parecidos com outras sobre a ação de populares nos anos 1970 e 1980. Isso me sugeriu investigar se o comportamento dos populares nas múltiplas

ações coletivas do Cruzado não possuía raízes em outras formas de mobilização e lutas sociais, forjadas durante e contra a ditadura.

Constatar isso não resolvia tudo, até criava um novo problema para a pesquisa, porque tornava necessário identificar os tipos de experiências coletivas que ajudaram a criar a unidade popular que eu observei nas mobilizações do Cruzado. Para explicar tal unidade, foi necessário recuar a meados dos anos 1970 para recuperar as lutas sociais e outras formas de resistência aos sérios problemas sociais naqueles anos e questões relevantes que a maioria da população vivenciava em seu cotidiano na década seguinte, e a própria experiência de exclusão social, econômica e política, pois elas, tomadas em conjunto, me ajudaram a compreender as razões da paulatina formação da temporária unidade popular, que ficou evidente no Cruzado. Na pesquisa, investiguei as seguintes experiências: da pobreza; da política partidária; comunitárias e associativas; dos estudantes e das mulheres; do medo; no mundo do trabalho; das Diretas Já; Tancredo Neves e; Nova República, velhas experiências.

### **Pressupostos teóricos**

Para me auxiliar na tarefa de explicar esse comportamento coletivo observado no Cruzado recorri ao historiador inglês Edward Thompson, uma vez que acredito que a teoria que ele desenvolveu para a compreensão de fenômenos como esses poderia iluminar minha própria compreensão das ações populares no Cruzado. Segundo Thompson, quase sempre a multidão envolvida em ações coletivas tais como as de fixação de preços elaborou uma noção legitimadora para justificar suas ações. Ele percebeu que tais ações continham um elemento moral. “Por noção de legitimação”, Thompson entende

que os homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade. De vez em quando, esse consenso popular era endossado por alguma autorização concedida pelas autoridades. O mais comum era esse consenso ser tão forte a ponto de passar por cima das causas do medo ou da deferência. (THOMPSON, 1998, p. 152)

Durante a pesquisa, fiquei atento aos argumentos e justificativas expressos pelos sujeitos históricos privilegiados na investigação que permitissem compreender e explicar suas ações; busquei, principalmente, observar como os homens e as mulheres das multidões do Cruzado justificaram e legitimaram suas atuações e mobilizações. Analisando as fontes, observei que a construção da legitimidade que animou tais multidões assentava-se nos seguintes elementos: 1º) acreditavam defender direitos; 2º) nessa defesa tinham o apoio da ampla maioria da comunidade; 3º) possuíam o endosso das autoridades; e 4º) o apoio da

comunidade era tão intenso que os fazia superar o medo ou respeito que em geral se possui (ou se presta) a pessoas em posição social e/ou econômica superior.

No que diz respeito à legitimidade reclamada pelos populares para suas ações durante o Cruzado, podemos perceber certa noção de “economia moral” que, num sentido mais geral, se confundiria com a noção de direito à subsistência por parte dos mais pobres em situações nas quais o “mercado” lhes impossibilita ou dificulta extremamente a sobrevivência. Para Thompson, economia moral tem a ver: a) com um conjunto “identificável de crenças, usos e formas associados com a venda de alimentos em tempos de escassez”; b) com “as profundas emoções despertadas pelo desabastecimento”; c) com “as reivindicações populares junto às autoridades nessas crises”; d) e com “a afronta provocada por alguém a lucrar em situações de emergência que ameaçam a vida”. Para o autor, estes elementos “conferem um peso ‘moral’ particular ao protesto” (THOMPSON, 1998, p. 257).

Para além da questão da legitimidade para a ação das multidões durante o Cruzado, mereceu muito espaço nesta pesquisa a investigação sobre formas e momentos em que uma identidade comum foi compartilhada pelas multidões, bem como o desenvolvimento do processo histórico em que se consolidou e se adensou tal identidade. Examinando minuciosamente os registros sobre as mobilizações populares obtidos em periódicos, registros audiovisuais e musicais e, sobretudo, cartas dos próprios sujeitos históricos privilegiados nesta pesquisa, encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte<sup>2</sup>, tentei responder à importante – e complexa – questão da “aliança” que se deu entre indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais em torno de uma reforma econômica. A complexidade do processo está no fato de que os múltiplos registros analisados sugerem fortemente que os populares viam as questões do Cruzado em termos classistas. Mas como isso seria possível, haja vista a enorme heterogeneidade das multidões do Cruzado?

Durante a coleta e análise dos registros encontrados, pude perceber que os populares partilhavam de uma identidade comum que se formou no correr de lutas cotidianas por sobrevivência e na reivindicação por salários, emprego, controle inflação e preços além de elos tecidos na longa luta contra um inimigo comum a todos – a ditadura. Mas não só.

E quais eram os outros inimigos? De acordo com os inúmeros registros encontrados, os inimigos das classes populares formavam um emaranhado de entes que ganhavam vida própria na “boca do povo”: os militares, os banqueiros, os latifundiários, os atravessadores de

---

<sup>2</sup> Disponíveis em <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>

mercadorias, as multinacionais, a burguesia, o capitalismo, o imperialismo, os Estados Unidos etc. Ou, muito sinteticamente, os ricos.

Para entender a formação da unidade, novamente recorri a Thompson, pois de acordo com ele, “a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) aos seus”. (THOMPSON, 1997, p. 14). Assim, defende-se aqui que “a classe acontece”, isto é, não é algo dado mecanicamente pela posição das pessoas no interior das relações de produção, não se trata de algo imutável, muito menos permanente (ou duradouro).

A configuração que os setores subalternos parecem ter assumido entre a segunda metade dos anos 1970 à primeira metade dos anos 1990 foi denominada, nesta pesquisa, classes populares. Diante disso, é possível que alguém pergunte: “Não seria mais adequado falar em classe trabalhadora, ou invés de classes populares?” De fato, trata-se de uma questão delicada. Penso que depende muito do lugar para onde se olha. Se, por exemplo, pretendermos obter explicação para a formidável unidade surgida por ocasião da famosa greve dos bancários de 1985 necessariamente teremos de falar em classe trabalhadora (WELMOWICKI, 2004, p. 73). Se, por outro lado, quisermos compreender a intrigante unidade ocorrida em quebra-quebras, como o do Centro do Rio de Janeiro em 28 de fevereiro de 1986, em que foram flagrados estudantes, trabalhadores, donas de casa, idosos, um policial (a favor), profissionais liberais e ambulantes, falaremos em que tipo de classe? Ou melhor, falaremos em classe?<sup>3</sup> O exame das evidências aponta para algo mais abrangente.

Se não podemos classificar a identidade comum exibida pelos populares naqueles anos como manifestação de uma única classe social, cabe outra indagação: como classificaríamos indivíduos e grupos heterogêneos que integraram alguma forma de protesto social em meados dos anos 1980 ou que apenas – o que não é desprezível – tenham assumido postura crítica frente às inúmeras mazelas sociais que faziam parte de suas experiências cotidianas?

Classes populares foi a classificação que me pareceu mais adequada em função de seu emprego possibilitar o imediato reconhecimento de que se trata de uma conformação social não ajustada aos projetos de poder dos segmentos sociais dominantes. E, mais que isto, porque reforça a oposição entre estes. Esta pesquisa interpreta as classes populares enquanto uma “aliança de classes e de forças que constituem o campo dos oprimidos” (CRUZ &

---

<sup>3</sup> “Reação contra aumentos leva a saques”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1º mar. 1986, p. 18.

PEIXOTO, 2007, p. 270). Ou, ainda mais sinteticamente: “classes”, porque o exame das fontes aponta para um comportamento em termos classistas, apesar de não estarem restritos a uma única classe social; “populares”, porque contrários aos projetos hegemônicos das elites.

Embora o aspecto econômico não seja – e nem possa ser – desprezado nesta pesquisa, o que está em jogo na análise não é exatamente (ou apenas) o econômico, mas o fato de que milhões de indivíduos e grupos sociais se consideraram integrantes do campo dos oprimidos também por razões morais. Em outras palavras, se irmanaram ao compartilhar experiências comuns de exclusão e enfrentamento do desemprego, do arrocho salarial ou da explosão do custo de vida, no qual participaram operários, ambulantes, professores, vendedores, donas de casa, médicos, balconistas, estudantes, advogados, faxineiros, artistas, ambulantes, intelectuais, entre milhares de outros indivíduos de origens e posições sociais muito distintas, incluindo até mesmo empresários. Mas seriam somente essas experiências excludentes vivenciadas nos anos 1970-1980 as responsáveis pela surpreendente unidade popular verificada nos anos 1986? Decerto que não, ainda falta mencionar um poderoso elemento aglutinador que integrou tais experiências: o nacionalismo.

Esse aspecto mereceu muito cuidado na pesquisa, pois muitos intelectuais consideram que, se o nacionalismo nasceu vinculado à criação do Estado burguês, tem a ver com a dominação de classe e à disseminação do capitalismo. Para estas pessoas, se trata de um fenômeno irremediavelmente conservador, burguês, apolítico e alienante, capaz apenas de mobilizar contra os interesses populares, nunca a favor. Ao pensar assim, creio que nesse caso não se olha a História como História, e sim como resultado de modelos preconcebidos.

O historiador Benedict Anderson é, a meu ver, aquele que melhor demonstra como o nacionalismo é capaz de criar identidades. Como ele define nação? Ela “é uma comunidade política imaginada – e imaginada, porque seus membros “jamais conhecerão a maioria dos seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão” (ANDERSON, 1989, p. 14). Embora homogeneíze, concordo com Stuart Hall que “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”, e que identificação não é automática, que as identidades estão sempre em processo, logo, inacabadas, e que, frequentemente, são contraditórias (HALL, 2006, pp. 13, 20, 21).

Como se sabe, a ditadura monopolizou fartamente as noções de patriotismo e nacionalismo em suas duas décadas de existência. Nos anos 1980, enquanto o regime

ditatorial ainda operava com estas noções, buscando escamotear os conflitos sociais em busca de um consenso que lhe fosse favorável, as classes populares as estavam resignificando – com uma clara e contundente associação a noções (muitas e diversas) de democracia, de liberdade e de soberania popular.

Mas, afinal, por que motivo o nacionalismo facilitava a unidade popular? Porque em suas manifestações mais contundentes assume feição maniqueísta, e esta forma de enxergar o mundo talvez seja um dos arquétipos mais antigos da História. Então, enxergar no mundo a dualidade entre bem e mal, luz e trevas, nós e eles, não é coisa rara. Imaginemos a situação ocorrida no Brasil dos anos 1980: é o típico caso de nós *versus* eles, que, lembremos, é apontado por Thompson como constituinte do processo de formação de classe – o reconhecimento de que há o outro. No caso, portanto, o que fez o nacionalismo? Ele lubrificou o mecanismo de identificação do inimigo, típico de situações sociais em que as diferenças entre pessoas e grupos ficam inibidas.

### **Evidências empíricas**

Para uma pessoa instruída, em especial para os intelectuais, não há dúvidas que se constitui uma tarefa relativamente simples distinguir momentos como, por exemplo, greves do ABC, eleições de 1982, Diretas Já, mobilizações do Cruzado, e tantos outros “acontecimentos” que marcaram aqueles anos. Por outro lado, será igualmente simples distinguir sentimentos que perpassaram indivíduos e grupos das classes populares àqueles anos? E o que pensar da maioria dentre os milhões de integrantes das classes populares para os quais o exercício de refletir sobre a vida social não era dever de ofício? Como elas mesmas – pobres ou não –, que não viviam do trabalho intelectual nem da militância política mais aguerrida encararam todas as experiências coletivas pelas quais passaram? Que leitura elas mesmas fizeram de canções, coros, palavras de ordem, Hino Nacional, coreografias, o verde e amarelo, aplausos, vaias, “hurras”, multidões, protestos, quebra-quebras etc., vivenciados pessoalmente ou via meios de comunicação?

As evidências empíricas indicam que a maioria dos integrantes das classes populares “carregava” consigo (e muitas vezes operava com) todas essas experiências sobrepostas, mescladas e difusas, e, mais que isto, que tais experiências ajudaram a compor o perfil radical demonstrado cotidianamente à época. Tendo em vista o formato desta publicação, não será possível a exibição de um conjunto amplo e bem distribuído cronologicamente acerca do referido perfil do brasileiro que apoiou o presidente Sarney para, em poucos meses,



demonizá-lo. Por esta razão, apresento um grupo de cartas enviadas à época do Cruzado. Elas nos permitem perceber que seu efêmero êxito não retirou a capacidade das pessoas de perceber que muitas coisas estavam erradas. Aliás, as observações que os populares fazem estão vinculadas a questões conjunturais, mas também a outras herdadas de períodos anteriores, como, por exemplo, a desconfiança da classe política.

A decepção dos populares com políticos (assim como com ricos de um modo geral) era muito acentuada. Havia certo rancor, e não raro os políticos eram associados a ladrões. José Raimundo Batista, morador de Entre Rios (BA), casado, 50 a 59 anos, primeiro grau completo, 2 a 3 salários, expressou sua decepção em carta aos constituintes, enviada antes das eleições. No primeiro momento, se queixa dos criminosos em geral: “Vamos acabar com a lei dos criminosos, os primários ficarem soltos, pois está aumentando consideravelmente o número de delinquentes e criminosos”. Na sequência, quando diz ser necessário colocar “na cadeia todos os ladrões”, fica claro que se refere também aos membros do governo e políticos a ele ligados. De acordo com Batista, “só assim teremos uma Nação livre”. O popular afirma ainda: “não vão pra constituinte, como foram pra Nova República, pois essa só trouxe decepção; estou torcendo para aqueles que lutaram para trazer o país à democracia, os que ficaram com a Dante de Oliveira.”<sup>4</sup> João Leopoldo Bueno Faria, casado, superior completo, entre 30 e 39 anos, entre 10 e 20 salários, também fala em decepção para com a Nova República. Morador de Uberlândia (MG), o engenheiro químico listou quatro sugestões aos constituintes. Duas delas são indicativas do que se esperava do governo Sarney, bem como do que poderia advir se não fossem satisfeitas as expectativas:

2- Provar que a nova República é NOVA mesmo, acabando com as mordomias, crimes de "colarinho branco", empreguismo, corrupção, atravessadores, déficit público estatais improdutivas, emissão de dinheiro; enfim, tudo aquilo que se propuseram a fazer.

3- Não deixar em hipótese alguma "a peteca cair" quanto ao Pacote Econômico, pois o país todo confia e espera muito dele e a decepção será muito maior que a esperança.<sup>5</sup>

Essas colocações dos populares representavam mais do que um estado de espírito. Encaminhadas antes do naufrágio do Cruzado, elas eram constituintes das classes populares à

<sup>4</sup> Carta de José Raimundo Batista à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L005 DATA: 20/02/86 FORMUL: 106 DV: 1 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>5</sup> Carta de João Leopoldo Bueno Faria à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L130 DATA: 02/03/86 FORMUL: 745 DV: 7 TIPO: 10 23/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009. [sem grifo no original]



época. A carta anônima de um morador de Teresina (PI), casado, 2º grau completo, 30 a 39 anos, entre 3 e 5 salários, é uma daquelas que nos permitem perceber o que as pessoas achavam dos políticos. Para o missivista anônimo, os parlamentares deveriam defender

na próxima Constituinte melhores programas, e com abrangência social, ligados à segurança, à educação e à saúde, além da defesa do direito social da população, como condições para melhorar o padrão de vida do povo, não se resumindo tudo isto apenas a promessas, eleitoreiras durante as campanhas .

#### SUGESTÃO

Obs: os nossos Deputados e Senadores têm sido uma decepção, pois nunca se interessaram em fazer nada além de promessas e viver mordomias do planalto.<sup>6</sup>

José Clarício Gonçalves, casado, 1º grau, 25 a 29 anos, entre 1 e 2 salários, reivindica “mais justiça e respeito à dignidade do homem”. Ele pede punição aos corruptos (políticos, subentendido) e reclama das drogas “entram e saem pelas mãos dos poderosos com a maior facilidade em nosso país” (os ricos). Na opinião do jovem morador de Presidente Prudente (SP), “esses poderosos não são punidos porque são na maioria das vezes muito ricos e compram as leis e a justiça do nosso Brasil (infelizmente), para a nossa decepção”.<sup>7</sup> Marli Rosa de Souza, residente em Santa Mercedes (SP), solteira, 15 a 19 anos, 2º grau incompleto, mais de 2 a 3 salários, se referiu aos que estão “lá em cima”, os políticos. Ela se mostrou contrariada pelo fato deles trabalharem para os ricos (“aqueles que já se encontram em uma situação estável”) e não para os pobres (“o povo”). Sua carta ainda aponta para um aspecto não desprezível do cotidiano dos brasileiros daqueles dias: um maior envolvimento e interesse com a política.

Espero tudo desta nova Constituição. Não sou muito de me ligar a política, mas vejo que chegou a hora de me interessar pelo problema. A minha sugestão é que possam melhorar mais o custo de vida, tirar ou baixar os juros. Que aqueles que são colocados lá em cima (Planalto) Saibam trabalhar pelo povo e para o povo e não só trabalhar por aqueles que já se encontram em uma situação estável. Dar mais empregos a quem precisa, para que nós possamos encontrar a paz, no Ano Internacional da Paz, já que temos que preparar o mundo para os jovens que estão aí.<sup>8</sup>

<sup>6</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L027 DATA: 27/08/86 FORMUL: 670 DV: 0 TIPO: 10 12/05/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>7</sup> Carta de José Clarício Gonçalves à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L023 DATA: 28/08/86 FORMUL: 575 DV: 1 TIPO: 10 13/05/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>8</sup> Carta de Marli Rosa de Souza à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L035 DATA: 20/02/86 FORMUL: 845 DV: 8 TIPO: 13 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

Marissônia L. de Almeida Nunes, casada, 20 a 24 anos, Superior incompleto, mais de 1 a 2 salários, moradora de Porto Nacional (GO), reivindica que houvesse efetiva justiça, pois os ricos, “aqueles que têm costas largas”, não eram punidos.

Acho de uma importância que esteja sendo feita essa pesquisa. Talvez assim seja feita uma coisa para que todos fiquem satisfeitos. Bem, a minha sugestão é a seguinte: a justiça. Sim a justiça. Que a justiça seja menos falha. Há coisas absurdas dentro da lei, deve haver punições para assassinos e ladrões, sejam eles de qualquer classe social. Aqui, na nossa região, há dezenas de assassinos ricos, que estão em liberdade. Ninguém acredita mais na justiça; e ouvimos isso com frequência: ah, matou? Não vai acontecer nada aqueles têm costas largas? Acho isso um absurdo, os marginais de classe média também devem ser punidos. Onde está o caso do Sr. Abi-Ackel? E o goiano amigo dele? Isso são acontecimentos que deixam a gente mais que revoltado. Por favor, senhores, corrijam essas falhas de nossa justiça.<sup>9</sup>

Havia o lado dos bons e o dos maus; o lado dos bons era o dos pobres – o campo dos oprimidos. Francisca Bezerra de Oliveira, moradora de Primavera (PA), estava ciente que compunha o lado dos pobres. Em carta aos constituintes, disse ter achado ótima a idéia do Cruzado, “principalmente o tabelamento”. Casada, idade entre 40 e 49 anos, 2º grau, salário entre 2 e 3, ela, contudo, escrevendo em agosto de 1986, afirma restar apenas o cumprimento de todos os brasileiros, “que é o difícil”. Escrevendo em num momento em que grassavam prateleiras vazias e o pagamento de ágio, a missivista paraense lança mão da fórmula elogio-reivindicação, ao afirmar que o presidente é “muito inteligente”. Em seguida, afirma:

mas tenho medo, muito medo, de uma decepção, pois o congelamento está apenas no salário e isto me espanta. Está havendo um fracasso. Sei que a idéia de nosso Presidente ainda não faliu, mas a idéia do povo está sendo arrastada pela falta de cumprimento de pessoas que não tem dignidade, não amam a Pátria em que nasceram. Amam sim, o dinheiro.<sup>10</sup>

Alguns elementos devem ser destacados, uma vez que temos em mente que as enunciações não são estritamente individuais, mas também coletivas. Ora, o que temos aqui? Um presidente inteligente cujo plano estava em situação de fracasso (uma evidente contradição, mas que nem sempre é recomendável ser dita diretamente quando se manda uma carta a uma autoridade: se é inteligente, por que fracassou?). Temos também os que não tinham dignidade e não amavam a pátria, mas o dinheiro (evidentemente, se refere aos ricos). A eles faltava solidariedade com o infortúnio dos pobres, os quais viam com espanto seu

<sup>9</sup> Carta de Marissônia L. de Almeida Nunes à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. L035 DATA: 28/04/86 FORMUL: 872 DV: 8 TIPO: 10 17/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>10</sup> Carta de Francisca Bezerra de Oliveira à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L011 DATA: 07/08/86 FORMUL: 267 DV: 5 TIPO: 36 25/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

salário congelado. Daí sua indignidade. Em outras palavras, ela os trata como entes que estão fora da “nação” (“não amam a Pátria em que nasceram”). A fórmula usada na carta constitui uma maneira de pedir ao presidente que puna os ricos, que lhes obrigue a cumprir o tabelamento, até porque, na experiência pessoal de Francisca (acentuada em cidades do interior), o congelamento foi aplicado somente ao seu salário.

Outro morador do interior, José Domingos de Melo, escrevendo à mesma época de Francisca de Oliveira, pulou a parte do elogio. Demonstrando decepção e irritação, o morador de Guia Lopes da Laguna (MS), 1º grau, casado, 25 a 29 anos, sem rendimento, pediu “que fossem criadas fontes de empregos, para melhor facilitar o custo de vida da classe de baixa renda”. Provavelmente sem emprego no momento, o jovem Melo, em sua carta, associou as classes populares com a “Nova” República (“O povo pedia um governo civil, uma nova República”), com esperança de que “pelo menos alguma coisa melhorasse”. Na sequência, sua fala só corrobora um dos aspectos que esta pesquisa vem descortinando: que não houve propaganda – oficial ou da imprensa “associada” (o “Tem que dar certo” da *Globo*, por exemplo) – que capturasse a razão dos populares, que se impusesse às suas experiências concretas.

Infelizmente está sendo uma decepção, pois a cada dia que passa só vemos falta de emprego, carístia das coisas. Onde já se viu um país tão rico, como o nosso, ao menos arroz a (800,) cruzados o kilo, café a mais de Crzs 100,00 o kilo? Isto é uma ofensa ao povo que tanto depositou confiança na nova República. No governo anterior, o povo achava que estava ruim, mas pelo menos a inflação estava mais controlada. O povo está com fome, façam alguma coisa para assegurar esta inflação que a cada dia leva o nosso Brasil às consequências piores.<sup>11</sup>

Acerca da Nova República não cumprir o que prometera Wilson Sousa Lima, 20 a 24 anos, 1º grau incompleto, morador de Nova Iguaçu (RJ), foi bem mas sucinto, porém muito preciso: “Sobre o plano cruzado realmente favorece as classes mais baixas, mais muitos poderosos estão tirando proveito disso. (...) Sempre foi assim e não vai mudar, mesmo na nova república os políticos são da velha república”.<sup>12</sup>

Obdias Barbosa Lins, morador de Duque de Caxias (RJ), casado, 1º grau incompleto, 40 a 49 anos, entre 2 e 3 salários, se disse “perplexo com a situação dos trabalhadores que têm

---

<sup>11</sup> Carta de José Domingos de Melo à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L012 DATA: 06/08/86 FORMUL: 294 DV: 9 TIPO: 10 21/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>12</sup> Carta de Wilson Sousa Lima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L015 DATA: 27/08/86 FORMUL: 367 DV: 5 TIPO: 14 12/05/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

ajudado este país a ser uma grande soberania”, em função dos sofrimentos que teve ao lidar com a Previdência Social por cinco anos. Ele diz que a imprensa vinha publicando que “nada falta está faltando”, mas, na verdade “tudo faltava”, revelando um descompasso entre certas notícias veiculadas pela imprensa e a experiência concreta dos brasileiros, que os mesmos eram capazes de captar. Por esta razão, apela

para que a nova Constituição possa ser composta de homens capazes e sobretudo, humanos para encaminhar a situação dos trabalhadores, os quais muitos já não existem outros já perderam a esperança e outros esperam aquilo que dizem ser a nova "Nova República".<sup>13</sup>

É importante perceber que o motorista rodoviário Obadias Lins está a tratar de uma questão que diz respeito a um aspecto de sua experiência pessoal com um órgão do governo. Ainda assim, sua carta nos permite apreender aspectos mais abrangentes da realidade social: fala dos trabalhadores que morreram, de outros que, ainda vivos, perderam a esperança e, por fim dos que ainda estão a esperar uma Nova República, que não dissera a que veio.

Um missivista anônimo, morador de Pilão Arcado (BA), agricultor baiano, era pobre (renda inferior a 1 salário), viúvo, acima de 59 anos e analfabeto. Não há dúvidas de que sua vida não tinha sido beneficiada com o Cruzado, por isto ele pede “aposentadoria digna para os trabalhadores rurais”. Trata-se de mais um dentre milhares de exemplos de pessoas cuja experiência social era excludente, e mesmo humilhante. Chamam bastante atenção os termos grifados:

Isso é injustiça, uma vida de trabalho, uma vida de sufôco, uma velhice de miséria. Um caso de decepção, Cz\$ 290,00; é o cúmulo do desrespeito ao pai, ao parente, ao Zé-ninguém, ao desconhecido, em recompensa de uma vida de penúrias.<sup>14</sup>

Em que pese o fato de que alguém tenha escrito para ele, analfabeto declarado, certamente o texto contou com sua anuência. E, em sendo assim, cabe uma reflexão (dentre várias). Tendo em vista uma vida de tanta privação, de penúria, de Zé-ninguém (cúmulo do ressentimento imposto pela desigualdade e injustiça sociais), imaginemos a profunda frustração deste e de tantos outros “ninguéns”, que se sentiram traídos pelo presidente da

---

<sup>13</sup> Carta de Obadias Barbosa Lins à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L010 DATA: 16/07/86 FORMUL: 250 DV: 2 TIPO: 40 25/02/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.

<sup>14</sup> Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L028 DATA: 14/08/86 FORMUL: 698 DV: 8 TIPO: 10 07/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acessado em 04 dez. 2009.



República. Não seria mesmo de se esperar tamanho repúdio a Sarney após o fim do plano da maneira como ocorreu?

### Considerações finais

Apesar de haver muitas e distintas mobilizações antes e depois do Cruzado, se as analisarmos do ponto de vista das experiências da maioria dos populares, todas as experiências vivenciadas pessoalmente ou através dos meios de comunicação, independentemente do seu caráter e finalidade, ajudaram criar uma noção de horizontalidade animada pelo sentimento pátrio, e, ao mesmo tempo, mas não contraditoriamente, classista – o “nós” *versus* “eles”. Portanto, penso que esta pesquisa evidenciou que, fossem quais fossem as intenções manipuladoras das elites, elas não tiveram pleno êxito em função da leitura que as classes populares fizeram daquilo que foi enunciado – apesar da insistência –, haja vista que essa leitura foi realizada com as lentes da experiência, através das quais os populares analisaram a conjuntura e os limites de sua própria ação. Daí se compreende que o antes celebrado José Sarney passa a ser execrado em toda, o que indica, entre outras coisas, que a adesão popular não fora acrítica. Aliás, nem fora ao presidente em si, mas ao chefe do Executivo que durante certo tempo pareceu abraçar bandeiras populares. Por esta razão a adesão durou o tempo em que tais bandeiras ficaram desfraldadas.

Um outro ponto mais sério: olhando-se para trás, nessa trajetória louca e vertiginosa do Plano Cruzado, percebe-se que ele serviu a muitos interesses escusos. Houve muita gente que dele se apropriou. Faturou em cima do cruzado. Será que o primeiro talvez não tenha sido o nosso presidente? Mas, se não ele, ao menos os que se elegeram na esteira do Cruzado. Esteira de fogo, de miséria, de morte, de fome. Agora, o que se deve perguntar é: os que se aproveitaram do Cruzado (...) e agora são nossos constituintes, nossos governadores, o que dizem de tudo isso? Acham que tudo foi legítimo? Que tudo foi ético? Não haveria danos a ressarcir? Uma vez eleitos, através da engabelação do povo, nada mais a fazer? (...) Uma coisa é certa: a História há de julgar (GUARESCHI in RAMOS, 1988, p. 10).

Nesse sentido, esse trabalho se soma a outros esforços para estabelecer o julgamento da História.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa**. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 35, dez. 2007.



HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DPA Editora, 2006.

RAMOS, Roberto. **Manipulação e controle da opinião pública. A grande imprensa e o Plano Cruzado**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1988.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

WELMOWICKI, José. **Cidadania ou classe? O movimento operário da década de 80**. São Paulo: Editora “Instituto José Luís e Rosa Sudermann”, 2004.

## **CARTAS DA POPULAÇÃO A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE**

**Órgão: Senado Federal**

**Fundo: Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988.**

**Endereço eletrônico:** <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>

Anônima. ORIGEM: L027 DATA: 27/08/86 FORMUL: 670 DV: 0 TIPO: 10 12/05/87.

Anônima. ORIGEM: L028 DATA: 14/08/86 FORMUL: 698 DV: 8 TIPO: 10 07/04/87.

Francisca Bezerra de Oliveira. ORIGEM: L011 DATA: 07/08/86 FORMUL: 267 DV: 5 TIPO: 36 25/03/87.

João Leopoldo Bueno Faria. ORIGEM: L130 DATA: 02/03/86 FORMUL: 745 DV: 7 TIPO: 10 23/11/86.

José Clarício Gonçalves. ORIGEM: L023 DATA: 28/08/86 FORMUL: 575 DV: 1 TIPO: 10 13/05/87.

José Domingos de Melo. ORIGEM: L012 DATA: 06/08/86 FORMUL: 294 DV: 9 TIPO: 10 21/03/87.

José Raimundo Batista. ORIGEM: L005 DATA: 20/02/86 FORMUL: 106 DV: 1 TIPO: 10 31/10/86.

Marissônia L. de Almeida Nunes. L035 DATA: 28/04/86 FORMUL: 872 DV: 8 TIPO: 10 17/12/86.

Marli Rosa de Souza. ORIGEM: L035 DATA: 20/02/86 FORMUL: 845 DV: 8 TIPO: 13 31/10/86.



Obdias Barbosa Lins. ORIGEM: L010 DATA: 16/07/86 FORMUL: 250 DV: 2 TIPO: 40  
25/02/87.

Wilson Sousa Lima. ORIGEM: L015 DATA: 27/08/86 FORMUL: 367 DV: 5 TIPO: 14  
12/05/87.